
LIVROS MARCADOS

A ENXADA E A LANÇA

DA PRÉ-HISTÓRIA À IDADE MODERNA, UM LONGO VOO SOBRE A ÁFRICA

Marina de Mello e Souza¹  

Universidade de São Paulo

A*enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, publicado pela primeira vez em 1992, pode ser considerado o marco inaugural da historiografia africanista sistemática no Brasil. Resultado de uma coedição entre a Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e a Nova Fronteira, o livro revela um autor com domínio admirável da bibliografia sobre o continente africano.² O subtítulo do livro engloba desde a pré-história até o ano 1.500 de nossa era. Para dar conta dessa tarefa hercúlea, Alberto da Costa e Silva, de saudosa memória, recorre a resultados de pesquisas de múltiplas disciplinas: arqueologia, linguística, filosofia, geografia, antropologia, além da história (oral e escrita), para a qual todas as outras disciplinas convergem. Apresentado sob inspirada forma literária, em texto trabalhado com talento especial, a estrutura do livro conduz o leitor passo a passo pela geografia do continente, pelas várias populações que ali viveram – das quais geralmente muito pouca informação é resgatável –, apresenta os processos de formação e desintegração de sociedades, as interconexões resultantes de movimentos populacionais e os contatos entre diferentes grupos, o que leva a transformações (mesmo sob o véu da tradição) e ao acúmulo de experiências.

Um dos vários livros que eu peguei da biblioteca do meu pai, sempre com a sua autorização, foi a primeira edição de *A enxada e a*

1 Professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

2 Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, São Paulo: EDUSP/ Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. Várias edições, apenas pela Nova Fronteira, se seguiram a esta, a sétima e última, de 2021, em dois volumes e capa dura.

lança. E foi esse volume que li pela segunda vez para participar dessa homenagem ao nosso mestre maior. Depois de vinte anos de estudo e ensino da história da África, meu olhar sobre a obra é bem diferente, pois estou mais preparada para entender a sua densidade, a extensão da pesquisa realizada, o seu poder de síntese e organização, oferecidos por meio de uma narrativa da mais alta qualidade.

O meu comentário se baseia na leitura das 630 páginas da primeira edição, que contém ainda 135 páginas de notas e índice remissivo, totalizando 768 páginas. Mas ao chegar ao final do livro, me perguntei acerca das edições posteriores, das quais não tinha conhecimento: encontrei a sétima edição, de 2021, revista e ampliada, que a mesma Nova Fronteira fez para celebrar os noventa anos do autor. É uma edição em dois volumes de capa dura, guardados em uma caixa. O interior dos volumes traz os mesmos mapas e ilustrações da primeira edição. Mas suas capas, folhas de rosto e a caixa que contém os livros são ilustradas com imagens novas. Um encarte com comentários publicados sobre o livro em momentos diversos e um caderninho de notas completam o pacote. No segundo volume foram publicados os posfácios da segunda (1995) e terceira (2006) edições. Neles, o autor nos diz que mudou muito pouco do texto original, pois optou por manter a narrativa tal como primeiro realizada, a despeito das informações obtidas posteriormente. Muitas destas, as que considerou mais importantes, incluiu no posfácio da segunda edição, que assim se tornou um apêndice constitutivo do texto, sem interferir na sua construção, pois no entender do autor a introdução de novos trechos interromperia o fluxo da narrativa. Não há como ignorar a enorme mudança na apresentação da obra da primeira para a sétima edição, com 29 anos de intervalo entre elas. Os objetos expressam e constituem os contextos nos quais foram criados, além de terem história, como a do livro que li, que foi ofertado pelo autor para meus pais, e a dos volumes da sétima edição, que me chegaram da livraria, pelo correio.

Há trinta anos surgiu o primeiro livro de Alberto da Costa e Silva sobre a história do continente africano, pelo qual se interessava desde

muito jovem, e que aos sessenta anos, idade que tinha ao escrevê-lo, conhecia muito bem, depois de uma vida de leituras, viagens e residência em vários de seus países. De lá para cá, em trinta anos, Alberto da Costa e Silva consolidou e expandiu seu lugar entre os estudiosos de história do continente africano: é reconhecido como autoridade internacional no assunto e marco seminal na constituição de um novo campo dos estudos históricos no Brasil. *A enxada e a lança* incorpora uma enorme quantidade de estudos e relatos sobre o continente africano, dos clássicos aos mais recentes, assim como uma mudança nas formas de pensar, que levou à denúncia da busca pela eliminação do outro, não ocidental, em prol de um sistema econômico e cultural hegemônico, defendido como universal. A diferença material entre a primeira e a sétima edição expressa o lugar que a obra de Alberto da Costa e Silva ocupa hoje, quando é ponto de partida, guia do trajeto e indicador de caminhos possíveis para os interessados em história da África, seja qual for a dimensão de seu interesse.

Nesse livro, o leitor é conduzido através do tempo e do espaço, desde os primórdios da existência humana até o século XV da nossa era, em voos sobre o continente, que ora é apresentado em seus aspectos geográficos e históricos amplos, ora em um lugar particular, uma sociedade específica, através de processos minuciosamente descritos e fatos detalhados, ou plausivelmente reconstituídos de acordo com a possibilidade dada pelas fontes. A exiguidade de informações mais consistentes para reconstituir as histórias de sociedades que deixaram apenas alguns resquícios de sua existência – em palavras, construções, instrumentos de trabalhos, depósitos de dejetos, resquícios de cerimônias religiosas, objetos de culto, de afirmação de poderes, de simbolização de ideias – reforça o que Alberto da Costa e Silva disse várias vezes, de várias formas: “A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio”.³

O início do livro introduz o ambiente natural como se visto de um planador, lento e visualmente abrangente, que vai de um ponto a outro do continente descrevendo-o com a sensibilidade de quem viu tudo aquilo, de

3 Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 3.

quem provou sabores, sentiu cheiros e experimentou temperaturas de cada lugar. Nos ambientes naturais descritos viveram homínídeos diversos, que ao final restringiram-se à espécie *homo sapiens*, que se espalhou pelos quatro cantos da Terra de formas a nós apresentadas por teorias e interpretações resultantes de pesquisas, da análise de achados arqueológicos, de deduções lógicas. Com uma admirável capacidade de síntese, de articulação das partes, do particular e do geral, apresenta um todo feito de detalhes e expõe o conhecimento acumulado por meio de um belo texto, que é informação em forma de poesia. Essa sensação de ser invadido pela beleza do texto vai acontecer ao longo de todo o livro, junto com a constatação da enorme erudição do autor, referenciada nas notas, que são um presente à parte para o leitor que deseja aprofundar o conhecimento sobre um tema ou outro.

Vestígios de alimentos, animais, objetos, construções e línguas são indícios para a reconstituição da vida de grupos caçadores e coletores que se tornam agricultores e pastores; achados arqueológicos permitem a identificação da passagem de tecnologias que lascam as pedras para as que fundem os metais. Também as trocas materiais e simbólicas podem ser percebidas por esses indícios tratados pela arqueologia, que mostram quando as relações são mais complexas, quando há acúmulo de riquezas, o estabelecimento de lugares de maior poder por um determinado grupo. A arqueologia, as tradições orais, mitologias, as histórias de fundação e as genealogias – que falam dos movimentos populacionais, da constituição de sistemas hierárquicos, de estruturas de mando, da ampliação de territórios –, são meios de chegar a algo próximo a como as coisas aconteceram, ou seja, são instrumentos de aproximação metodológica.

A determinação do ambiente natural na história é destacada quando, no segundo capítulo, dedicado à pré-história, identifica o que chama de culturas aquáticas, relativas a grupos que viviam basicamente da pesca e do que a natureza oferecia em regiões fertilizadas pela presença da água. Não só o rio Nilo, mas o rio Níger, o lago Chade e o conjunto de rios ligados a este, que antes da desertificação do Saara, por milênios,

mantiveram úmidas aquelas regiões, permitiram o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, e a manutenção da pesca, da caça e da coleta. Com o aumento da desertificação e da separação entre a África subsaariana, o norte e o leste, as inovações passaram a viajar com mais vagar e as populações introduziram invenções a partir de si próprias. Mas o norte do continente, não tratado pelo livro, e o leste, abordado com vagar, mantiveram conexões com os circuitos do mundo antigo das quais há notícias mais abundantes e precisas.

Após a apresentação das características físicas do continente e de suas populações originárias, a história se concentra nos povos que viveram em áreas cortadas pelo rio Nilo. O Egito, ao norte, é tratado de forma menos detida, pois o foco está na África subsaariana do leste, do centro, do oeste e do sul. Também estão presentes suas conexões com as terras de fronteira, sendo que o autor afirma que “antes de influenciar o resto do continente, o Egito foi dele legatário”.⁴ Na antiguidade, além do Egito, se sobressaem as sociedades ao sul, ao longo do Nilo, que deixaram vários resquícios em túmulos, edificações, imagens e escritos. As cataratas do Nilo servem de baliza para marcar áreas ocupadas por povos específicos, em momentos diferentes, mas cujos parentescos podem ser percebidos comparando-se formas de enterramento, edificações, inscrições, cerâmicas, estéticas, crenças, organização social e política, solidariedades e identidades. Querma, Cuxe, Napata, Meroé, Axum, Núbia e Etiópia são sociedades, lugares, cidades, centros de comércio e poder, reinos e impérios, conforme a historiografia, cujas características particulares e conexões mútuas o texto situa com base em pesquisa bibliográfica gigantesca, indicada nas milhares de notas do livro.

Conquista e colonização são processos sempre presentes, mas os principais agentes dos intercâmbios culturais são o comércio e o convívio. De Meroé, Alberto da Costa e Silva diz que não recebeu de fora apenas mercadorias, “acolheu as mais diversas influências: gregas, romanas, assírias, sírias, árabes, persas, indianas”, tendo “aptidão para somar,

4 Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 139.

combinar e amalgamar o que lhe vinha de fora com o que lhe era tradicional”.⁵ O mar Vermelho permitiu contato com os gregos e com o império romano; pelo leste, veio do Iêmen a influência árabe e o contato com a Pérsia e a Índia. Esse cruzamento de relações, experiências e influências é característico dessa região do continente, pela qual o narrador nos conduz com seu domínio das diferentes correntes de interpretação, sobre as quais faz comentários lúcidos, que fundamentam as escolhas por ele tomadas.

A minúcia com que o livro se detém no chamado Chifre da África é justificada pelo lugar que ocupou na história da Antiguidade ocidental, sobre a qual há mais informações. A partir do início da nossa era, a Etiópia e suas áreas vizinhas passam a ser apresentadas com riqueza de detalhes, nos quais personagens históricos e outros criados pelas tradições locais são embaralhados num tempo mítico, promovem disputas, resistências, mudanças, derrotam e são derrotados. Comerciantes iemenitas e persas pressionam os axumitas. Cristianismo e islamismo convivem e competem. Os monastérios ganham força nas estruturas de poder e a Etiópia se consolida como um estado cristão no século V, ligado à igreja de Alexandria.

Essa região do nordeste do continente, do rio Nilo, dos altiplanos etíopes, do litoral do mar Vermelho, principalmente por meio das trocas de produtos e migrações, também teve contato com a região dos grandes lagos, mais ao sul, e com a região do lago Chade, mais ao centro do continente, onde antes da desertificação e da chegada da metalurgia habitavam os povos aquáticos já mencionados. Quando o autor trata da história do Sahel, das savanas que margeiam o deserto do Saara, das cidades que se formaram devido ao comércio feito pelas rotas do deserto, ele mostra a ligação que as tradições evocam entre as regiões dos rios Níger e Benué, e do lago Chade, com os altiplanos etíopes e, por meio dos seus comerciantes, com a península arábica.

Enquanto as populações do nordeste da África fizeram parte dos circuitos históricos da Antiguidade ocidental, povos do interior viviam

5 Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 117.

processos muito diferentes, ligados a um movimento migratório de populações e culturas no qual agricultores, criadores de pequenos animais, falantes de línguas aparentadas, pertencentes ao macro grupo linguístico denominado banto, espalharam-se gradativamente pela metade sul do continente. É interessante notar que esse é o único capítulo que teve uma alteração em seu título, de “A expansão dos bantos” passou a ser “A expansão banta”.

Os estudos da história da África no passado distante, principalmente até pouco depois do ano mil de nossa era, dependem da análise de vestígios explorados pela arqueologia, pelo que restou das edificações e outros aspectos da cultura material: estilos e técnicas de cerâmica, por exemplo, indicam a disseminação de padrões e saberes. Com a ajuda da arqueologia, o período de introdução da metalurgia pode ser determinado com relativa precisão. Também centrais são as pistas dadas pelas análises linguísticas: palavras que indicam vegetais cultivados, animais criados, formas de organização social, de elaboração das ideias e feições das crenças. Os indícios assim identificados são fundamentais na investigação sobre como povos falantes de línguas bantas ocuparam quase toda a metade sul do continente. Irradiando-se provavelmente a partir dos montes Camarões, seguiram em direção aos rios Cuanza e Cunene, até encontrarem o deserto do Calahari, para onde os habitantes anteriores foram empurrados; chegaram à região dos grandes lagos, onde conviveram com pastores nilóticos; ocuparam a costa índica, as bacias dos rios Zambeze, Save e Orange, onde o ouro seria mercadoria importante ao lado do cobre, com as atividades de mineração ocupando parte do tempo dedicado ao pastoreio, à agricultura, às trocas de produtos de diferentes regiões. A incerteza quanto a como de fato eram as sociedades abordadas, como os processos históricos realmente se desenrolaram, está presente em todo o livro. A história apresentada é cheia de suposições, hipóteses, possibilidades. Ao explicar o valor do acesso a um vocabulário, diz: “Ficamos sabendo da existência de determinados objetos, armas, animais e árvores e, com isso, nos arriscamos a enquadrar numa paisagem um povo desapa-

recido e a estabelecer a estrutura essencial de sua maneira de existir”.⁶ As interpretações são apresentadas sempre como uma possibilidade, e mesmo tomando partido, o autor indica o debate, uma e outra posição, os argumentos de uma e outra análise.

As sociedades bantas se concentraram em lugares que propiciavam o aumento da população, relacionado à capacidade de produção econômica, onde a constituição de hierarquias sociais, sistemas de titulação e normas de pertencimento concorreram para a centralização do poder, a partir de cerca do século XIII da nossa era. Muito antes disso, sociedades com poderes centralizados se formaram nas bordas do deserto do Saara, o Sahel, ou, segundo os textos dos estudiosos árabes, o Bilad al-Sudan: a terra dos negros. O comércio feito por meio das caravanas de camelos, introduzidos no continente desde o século IV a partir do contato com a Península Arábica, dinamizou as regiões limítrofes do deserto e das florestas e savanas fertilizadas pela bacia dos rios Níger, Senegal, Gâmbia, Volta e Benué. A partir de cerca do século IX, o islamismo adentrou o continente junto com as caravanas controladas por comerciantes muçulmanos, e a mobilidade provocada pelo comércio estimulou trocas culturais, mas também disputas. Gana, Mali e Songai, os três estados sahelianos considerados reinos ou impérios, são detalhadamente apresentados. Eles se alternaram na primazia do comércio do ouro vindo da região das florestas, trocado junto com outras mercadorias como noz de cola, marfim e escravos, pelo sal gema minerado no deserto e pelos manufaturados, como adagas e tecidos, que podiam vir de muito longe. As fontes escritas em árabe são as mais importantes para o estudo dessa região, e pelas notas percebemos que o autor recorreu a grande número de obras para construir sua narrativa.

Voltando-se para outro lado do continente, a costa Índica da África, Alberto da Costa e Silva mostra como povos bantos para lá levavam ouro, marfim, peles, plumas, essências e uma série de outros produtos valorizados nos mercados do Iêmen, da Pérsia, da Índia e da China, de onde

6 Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 186.

vinham porcelanas, tecidos, contas, objetos de luxo, constituindo rotas de comércio de longuíssima distância. Mogadíxo, Zanzibar, Quíloa, Sofala são alguns portos nos quais persas, indianos e bantos trocavam seus produtos e conviviam. Ele define como cosmopolitas e multiculturais esses núcleos, geralmente estabelecidos em ilhas e diretamente ligados às suas localidades de origem, na península arábica ou nos portos africanos do mar Vermelho. Também Madagáscar, grande ilha situada mais ao sul, é exemplo de misturas culturais, pois foi povoada por indonésios e bantos, além de receber persas e indianos.

O autor nos conduz de um ponto a outro da África, seguindo uma certa linha do tempo, que é o fio que liga os diferentes lugares. Assim, pula de um lugar a outro, e depois volta a lugares percorridos em tempos anteriores, tecendo sob nossos olhos a história da África antes dos anos 1500. Ao falar das regiões do lago Chade, dos povos que ali viveram sucessivamente – uns vencendo a outros, que se deslocavam ou eram absorvidos –, ele aborda temas variados e abrangentes, como o ressecamento do Saara e as transformações disso decorrentes, os contatos entre as diferentes regiões e suas culturas, a constituição e desaparecimento de cidades, etnias e sociedades, que disputavam espaços nas rotas do Saara e se espalharam para oeste, em direção a regiões mais férteis, o comércio de cativos preados ao sul e remetidos ao norte (o que teria barrado a expansão do islamismo nessa direção), sempre a partir da bibliografia mais recente à época de produção do livro. Além das fontes árabes, dos clássicos sobre os processos históricos ocorridos no Sahel, recorre aos achados então recentes de Paulo Fernando de Moraes Farias, que ao estudar as inscrições em pedra, trouxe novas questões para o debate acerca das sociedades do Sudão Central.

Voltando-se para a região dos grandes lagos, Costa e Silva mostra como ali se encontraram povos pastores vindos do norte, e bantos vindos do oeste e do sul. O conhecimento da metalurgia pode ser oriundo da cultura cuxita, mas também pode ser resultado da expansão banta: provavelmente, os dois movimentos confluíram para esse espaço de trocas

constantes entre culturas, técnicas e práticas. Ao narrar a história dos seus habitantes, o autor indica um percurso no qual cabeças de linhagens se tornaram cabeças de clãs, e cabeças de conjuntos de clãs, constituindo o que a historiografia chama de reinos e impérios. Ali teria existido “um dos maiores estados pré-coloniais da África: o Ruanda”.⁷

Ao sul dos grandes lagos havia sociedades bantas que, além da agricultura, criação de animais, caça e coleta, mineravam ouro e cobre, abundantes em várias localidades do interior do continente. O ouro tinha comprador certo nos portos da costa índica, e talvez esse comércio estivesse ligado a enormes construções de pedra, cujos usos e significados são incertos, conhecidas como zimbabués. Se sobre o povo que construiu os zimbabués pouco é possível saber, sociedades posteriores são melhor conhecidas graças aos relatos feitos por agentes portugueses. Estes registraram narrativas orais das regiões que frequentaram desde os primeiros anos do século XVI, como Manica, Teve, Barué, Butua e o reino do Mocaranga, ou do Monomotapa.

Do outro lado do continente, na confluência do rio Níger com o rio Benué, existiu um outro conjunto de sociedades criadas a partir de povoaamentos que datam de milênios atrás. A princípio, vilarejos se articulavam a partir de relações de parentesco, consanguíneo ou simbólico, dado pelas histórias de origem e perpetuado por tradições comuns. A formação de cidades-estados com uma hierarquização interna mais nítida, especializações ocupacionais, relações sociais mais diversificadas e estruturas de mando centralizadas, geralmente está ligada à sua inserção em rotas de comércio de longa distância. Também naquela região o chefe de família tornou-se chefe de linhagem, e a chegada de estrangeiros atraídos pelas possibilidades de comércio favoreceu a constituição de uma autoridade independente de relações de parentesco, que governasse todos, a despeito de suas diferenças. Nessa região, a história oral entende ser Ifé o centro do mundo, de onde tudo surgiu e para onde tudo converge. Para Alberto da Costa e Silva, essa narrativa decorria do lugar que a cidade ocupava na

7 Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 392.

ligação entre os entrepostos do deserto, localizados na curva do rio Níger, e as cidades hauçás, entre o lago Chade e o rio Benué, os povos do litoral e os do delta do rio Níger. Além de ser considerada a origem de tudo em mitologias de várias etnias da região, em Ifé houve uma produção artística impressionante, feita principalmente em metal, cujo surgimento e desaparecimento permanecem desconhecidos. Sua história se conecta com a do antigo Benim, outro local de excepcional produção artística em metal, que no livro aparece um pouco adiante na sequência de capítulos, uma vez que é o fio do tempo que os costura, e não o da geografia.

O Benim, que foi considerado um reino pelos europeus que primeiro o conheceram, teria se constituído a partir de um agrupamento de aldeias nas quais havia associações de pessoas portadoras de determinados títulos, sociedades secretas que cuidavam de certos aspectos da ordem social e um chefe que simbolizava a unidade do grupo. A história oral fala de sua relação com Ifé, havendo semelhanças e diferenças entre sua produção artística, também notável, e a de Ifé. Os resquícios de sua capital indicam a presença de poderes centralizados, que mobilizaram uma considerável quantidade de pessoas para erguer as muralhas que a cercavam. A originalidade da estrutura política lá desenvolvida confunde o observador ocidental, que não sabe se a designa por reino ou por império, dada a fluidez dos territórios e populações, muito diversas entre si, sob controle do obá. O Benim estava ligado tanto aos povos do delta do rio Níger como à área de influência de Ifé, que abrangia um conjunto de cidades que se consideravam membros de uma mesma família, filhas de Ifé e de Odudua, entidade por meio da qual a Terra fora criada. Essa região, que a partir do século XIX passou a ser conhecida como região de iorubás, onde estavam cidades como Ekiti, Ilexá, Owo, Ijebu, Oió, relacionava-se ainda com Bornu e as cidades hauçás ao nordeste, e a Idah a leste, na região do entroncamento entre os rios Níger e Benué.

Também na margem esquerda do delta do rio Níger, foram encontrados vestígios de antigas sociedades hierarquizadas, com poderes centralizados, em locais de assentamentos humanos anteriores à nossa

era. Os objetos desenterrados em Igbo-Ukwu intrigam os pesquisadores, pois são extremamente elaborados, tanto artística quanto tecnicamente. Em escavações feitas em meados do século XX, arqueólogos desenterraram vasos e potes, datados de entre o século IX e o XVI, com padrões estéticos únicos, e descobriram um túmulo adequado a uma sociedade hierarquizada, no qual haviam insígnias de poder como banco/trono e bastão, além de contas, resultantes da integração a rotas de comércio de longa distância.

Quando o fio do tempo traz o autor para o início do segundo milênio da nossa era, aumentam as referências a organizações sociais e estruturas de poder mais complexas. Na região central do continente, no entorno da bacia do rio Lualaba, formador do rio Congo, onde predomina a cultura banta, aldeias confederadas aceitaram autoridades acima dos chefes de linhagens. Esses chefes dos chefes administravam os diferentes grupos, articulados em torno de interesses comuns, como as trocas de produtos, sendo Luba a sociedade que deixou maior quantidade de informações, contidas em mitos, o que provoca uma reflexão sobre a relação entre mito e história. Ao lado da oralidade, é frisada a centralidade da arqueologia para o conhecimento dessa e outras sociedades do passado, assim como o contraponto que a arqueologia faz com as histórias orais, reforçando ou questionando as narrativas mantidas pela memória, transmitidas ao longo do tempo, adequadas a diferentes contextos. Ao apresentar essa região, confirma sua enorme erudição, o conhecimento minucioso da bibliografia produzida até o final dos anos 1980, composta por livros e principalmente artigos em revistas especializadas.

No que diz respeito ao Congo, sobre cujas origens, cultura e história existem muitos estudos, a maioria já disponível à época da redação de *A enxada e a lança*, as narrativas deixadas por europeus desde o final do século XV permitem um conhecimento mais detalhado e interpretações mais elaboradas. Recorrendo à bibliografia então já ampla acerca do Congo, apresenta-o em minúcia até antes da chegada dos portugueses. Conta como o poder se organizava, fala dos símbolos de autoridade que o

legitimavam, e não resiste a fazer uma digressão sobre o Brasil e indicar a “persistência de estruturas de poder africanas no Brasil”,⁸ perceptível nos cortejos de congo e maracatu. Além dos congos, são abordados ambundos, ovimbundos e libolos, inseridos não só em suas histórias como em seus ambientes naturais, sendo a topografia e a vegetação descritas como só quem as viu diretamente consegue fazer.

Se as fontes portuguesas são as que nos trazem mais conhecimento sobre regiões que seus autores percorreram, mesmo sobre época anterior às suas visitas (pois registraram histórias orais locais), as fontes árabes são as que dão notícias escritas mais antigas sobre as sociedades do Sahel. Povos do deserto e seus camelos, hauçás e suas cavalaria, songais e suas canoas, sobrepõem-se uns aos outros na primazia do controle das rotas saarianas da antiga Gana, do Mali e de Songai, ligados a Sijilmassa e Tlemcen, perto de Fez, na divisa entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico; as de Gaô e Agadés, ao sul do Saara, ligadas pelas caravanas a Túnis e Trípoli, possíveis de serem alcançadas pelo deserto graças a alguns oásis.

O trânsito de pessoas e mercadorias acontecia entre o norte e o sul do deserto do Saara, mas também entre a África Ocidental e a região de savanas a leste, por onde se ligava aos circuitos do Saara. O sal minerado no deserto era trocado pelo ouro que vinha de áreas de floresta, pelo marfim, pelas peles, por produtos que serviam a um mercado de luxo, de bens supérfluos, atributos de prestígio, inclusive a pessoa escravizada. O excedente dos víveres cultivados nas áreas mais úmidas era levado por mercadores para Tombuctu, para Gaô, e dessa forma localidades do litoral podiam estar de alguma forma articuladas ao comércio de longa distância.

Nas vésperas da virada dos anos 1500, o cristianismo etíope e o negus que o professavam estavam pressionados pela expansão muçulmana, e a religião era, como frequentemente acontece, a bandeira sob a qual se apresentavam movimentos de conquista territorial, de disputa por mercados e poder. Embaixadas para o que era entendido como o reino do Preste João, eventual aliado para brevar a expansão do islamismo, foram enviadas de

8 Costa e Silva, *A enxada e a lança*, p. 490.

Roma e de Portugal, assim como o negus enviou embaixadas para Veneza e Roma. Mas foi pelos mares que os portugueses chegaram ao Oriente, cujo comércio com o Ocidente seria então por eles controlado no início da era que as grandes navegações inauguraram. Contudo, na história da África subsaariana que Alberto da Costa e Silva nos apresenta não há a presença de portugueses ou qualquer outro europeu a dirigir os passos das pessoas e sociedades africanas. Há interação com muçulmanos, indianos, persas, árabes, gregos, judeus e diversas populações africanas, mas não europeus. Ao final do livro, faz mais um voo sobre o continente, mostrando como ele estava em 1500. Mostra as conexões entre as diferentes regiões ao mesmo tempo que suas particularidades e, apesar de usar noções ocidentais como reino e império, diz entendê-las como metáforas, e sempre que conhecidos utiliza os títulos e noções dos locais que está a descrever.

Esse livro monumental, no que diz respeito aos temas abordados, à bibliografia utilizada, à construção narrativa, que nos transporta para a pré-história, que indica caminhos pelos quais as sociedades se formaram, desenvolveram e desapareceram, é a pedra inaugural da obra de Alberto da Costa e Silva sobre a África. O livro foi escrito quando o autor já era um homem maduro. Manual de história da África “antes dos portugueses”, da pré-história ao século XVI, é texto para ser apreciado com calma, ser percorrido com a curiosidade atenta a novos conhecimentos. Tem vários momentos de belíssima literatura, como é de se esperar de um poeta que lida com imagens e sonoridades. Com uma escrita pessoal, original e capricho estilístico, compartilha com o leitor seu enorme conhecimento, minuciosamente fundamentado nas notas segundo as regiões e temas que elegeu abordar. Mas também propõe interpretações novas, ou reforça análises já feitas com novas evidências, novos argumentos, relacionando as informações disponíveis. Em tempos de domínio do audiovisual, *A enxada e a lança* é um livro que comprova a força da escrita, por meio da qual o conhecimento é alcançado com a ajuda da imaginação, do transporte do leitor para outra realidade a partir de uma viagem interior, pessoal, e absolutamente verdadeira em si mesma.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65862